

PODER INVISÍVEL DAS REDES: COMO AS MÍDIAS DIGITAIS MOLDAM A OPINIÃO PÚBLICA

Liliane Lencina dos Santos¹ , Ivan Lago¹ 

RESUMO

Este estudo analisa o efeito das mídias digitais, especialmente as redes sociais, na formação da opinião pública e seus efeitos na saúde democrática. O objetivo é analisar o papel dessas mídias na formação da opinião pública na sociedade contemporânea, investigando seus efeitos sobre a saúde democrática. Busca-se compreender como a disseminação de fake news e a manipulação da informação afetam o processo eleitoral e a confiança nas instituições democráticas. A pesquisa parte da seguinte questão central: de que maneira as mídias digitais, ao amplificar a disseminação de fake news e manipular a formação da opinião pública, contribuem para o aumento da polarização política e fragilizam a democracia? A metodologia adotada é a revisão bibliográfica qualitativa. Os principais resultados demonstram que as mídias digitais influenciam diretamente a polarização política, impulsionadas por algoritmos que reforçam preferências e ampliam a circulação de desinformação. As redes sociais funcionam como espaços férteis para a propagação de conteúdos manipulados, dificultando o diálogo democrático e promovendo a desconfiança nas instituições. Também observa-se a formação de bolhas informacionais, que restringem o contato com visões divergentes e acentuam a fragmentação política. Embora ampliem o acesso à informação, essas mídias oferecem riscos reais à saúde democrática e ao debate público.

Palavras-chave: Mídias Digitais, *Fake News*, Polarização Política, Saúde Democrática, Opinião Pública.

INVISIBLE POWER OF NETWORKS: HOW DIGITAL MEDIA SHAPES PUBLIC OPINION

ABSTRACT

This study analyzes the effect of digital media, especially social networks, on the formation of public opinion and its effects on democratic health. The objective is to analyze the role of these media in the formation of public opinion in contemporary society, investigating their effects on democratic health. The aim is to understand how the dissemination of fake news and the manipulation of information affect the electoral process and trust in democratic institutions. The research starts from the following central question: in what way do digital media, by amplifying the dissemination of fake news and manipulating the formation of public opinion, contribute to the increase in political polarization and weaken democracy? The methodology adopted is a qualitative literature review. The main results demonstrate that digital media directly influence political polarization, driven by algorithms that reinforce preferences and increase the circulation of misinformation. Social networks function as fertile spaces for the propagation of manipulated content, hindering democratic dialogue and promoting distrust in institutions. The formation of information bubbles is also observed, which restrict contact with divergent views and accentuate political fragmentation. Although they expand access to information, these media pose real risks to democratic health and public debate.

Keywords: *Fake News*, Political Polarization, Democratic Health, Public Opinion.

¹ Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Autor Correspondente: Liliane Lencina dos Santos

E-mail: liliane.santos@estudante.uff.edu.br

Recebido em 05 de Junho de 2025 | Aceito em 07 de Novembro de 2025.

1. INTRODUÇÃO

A mídia desempenha papel fundamental na formação da opinião pública e na construção da esfera democrática. No cenário atual, marcado pela proliferação das redes sociais e das plataformas digitais, o impacto das mídias sobre as sociedades e seus efeitos na saúde democrática têm sido objeto de intensos debates acadêmicos e políticos. Em particular, as chamadas *fake news* ou notícias falsas têm se tornado um fenômeno crescente, afetando profundamente a integridade do debate público e a confiança nas instituições democráticas. Tais notícias, muitas vezes criadas e disseminadas com o intuito de manipular as percepções do público, representam uma ameaça direta ao funcionamento de uma democracia saudável, pois dificultam a construção de uma opinião pública bem-informada, essencial para o processo de participação, deliberação e tomada de decisões.

De acordo com Tocqueville (2001), que escreveu ainda na primeira metade do século 19, a liberdade de expressão é um pilar fundamental para a democracia, mas seu abuso por meio da manipulação de informações prejudica a própria essência desse sistema. McLuhan (1964), por sua vez, ressalta que os meios de comunicação não são apenas veículos de transmissão de informações, mas agentes que moldam a forma como o indivíduo percebe o mundo ao seu redor. Isso se reflete no uso das plataformas digitais que, embora proporcionem novas formas de interação e expressão, também favorecem a disseminação de conteúdos duvidosos e a polarização das opiniões. Habermas (1997) enfatiza a importância de uma esfera pública onde o debate racional seja garantido, mas as novas dinâmicas midiáticas, como a manipulação das notícias e a superficialização da comunicação, ameaçam essa função essencial.

Neste trabalho, abordaremos a capacidade das mídias de moldar a opinião pública e seus efeitos sobre a saúde democrática, investigando, com base nas teorias de autores como Postman (1985), Adorno e Horkheimer (2002), e Castells (2009), como as plataformas midiáticas impactam o debate político contemporâneo. Analisaremos, ainda, o papel da desinformação e da polarização, especialmente no contexto das redes sociais digitais, que amplificam as *fake news* e promovem uma forma distorcida de participação política. Dessa forma, é essencial discutir como o controle da informação e a regulação das mídias digitais se tornam desafios centrais para a preservação da democracia no mundo atual.

O objetivo desta pesquisa é analisar o papel das mídias digitais, em especial as redes sociais, na formação da opinião pública na sociedade contemporânea, investigando seus efeitos sobre a saúde democrática. Busca-se compreender como a disseminação de *fake news* e a manipulação da informação afetam o processo eleitoral e a confiança nas instituições democráticas, considerando a crescente influência dessas plataformas na política e na sociedade.

A pesquisa parte da seguinte questão central: de que maneira as mídias digitais, ao amplificar a disseminação de *fake news* e manipular a formação da opinião pública, contribuem para o aumento da polarização política e fragilizam a democracia? A preocupação está em como essas plataformas comprometem o debate público e minam a confiança nas instituições democráticas, alterando a dinâmica da participação política e do processo de deliberação pública.

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste artigo é a revisão bibliográfica qualitativa, baseada na análise de obras de autores renomados da comunicação e política. A pesquisa está centrada na interseção entre as novas tecnologias de mídia, os desafios que elas impõem à democracia e o fenômeno da desinformação, com um enfoque particular na manipulação da opinião pública e nas eleições.

A partir da análise dos impactos da mídia digital na sociedade contemporânea, discuti como as plataformas digitais têm transformado a comunicação política, oferecendo novas possibilidades de engajamento, mas também criando um terreno fértil para a propagação de *fake news*. A partir de teorias de autores como Castells (2009) e Habermas (1997), será investigado o papel das redes sociais no fortalecimento ou enfraquecimento da democracia. Em particular, o artigo irá explorar como as plataformas digitais podem servir como instrumentos de manipulação eleitoral e como, ao mesmo tempo, a regulação e a educação midiática podem representar caminhos para mitigar seus efeitos negativos.

2. DEMOCRACIA, OPINIÃO PÚBLICA E MÍDIAS SOCIAIS

A democracia contemporânea, construída sobre os pilares da participação cidadã, da pluralidade de ideias e do acesso à informação, encontra nas mídias sociais uma nova arena de disputas simbólicas, ideológicas e políticas. Essas plataformas digitais reconfiguram o modo como a opinião pública se forma e se expressa, com efeitos ambivalentes sobre a manutenção e a instabilidade dos regimes democráticos.

A construção da opinião pública, desde os clássicos da sociologia política, sempre foi entendida como elemento essencial da democracia. Alexis de Tocqueville (2001), ao analisar a democracia nos Estados Unidos do século XIX, já alertava para os riscos da tirania da maioria e da homogeneização das opiniões em contextos de igualdade formal. Essa preocupação ganha novos contornos com as **mídias sociais, onde a lógica de funcionamento dos algoritmos tende a reforçar bolhas ideológicas e criar «câmaras de eco», que suprimem o contraditório e promovem radicalizações**.

Para Jürgen Habermas (1997), a esfera pública é um espaço normativo no qual os cidadãos se engajam em debates racionais com vistas ao bem comum. Contudo, as mídias sociais frequentemente minam esse ideal ao privilegiar o sensacionalismo e o potencial de “viralização”, elementos que comprometem a qualidade do discurso público. A emergência de *fake news*, desinformação e manipulação algorítmica fragmenta a esfera pública e dificulta a construção de consensos legítimos, fundamentais para o funcionamento democrático.

Pierre Bourdieu (1983), ao afirmar que “a opinião pública não existe”, nos lembra que as vozes mais audíveis no espaço midiático refletem, na maioria das vezes, a dominação simbólica dos que detêm maior capital cultural e midiático. Esse raciocínio se intensifica no ambiente digital, onde a visibilidade é mediada por plataformas privadas que operam segundo lógicas comerciais e interesses corporativos, afetando a imparcialidade e a diversidade do debate público.

Apesar dos riscos, as mídias sociais também têm um papel positivo na manutenção da democracia. Elas ampliam o acesso à informação, permitem a mobilização política de grupos historicamente marginalizados e proporcionam meios alternativos de denúncia e organização coletiva. Os movimentos sociais contemporâneos – como o *Black Lives Matter*, as Jornadas de Junho no Brasil ou as manifestações pró-democracia em Hong Kong – demonstram o poder mobilizador dessas ferramentas. (Castells, 2013).

Entretanto, essa mesma capacidade mobilizadora pode ser explorada para fins autoritários, como alertam Levitsky e Ziblatt (2018). A ascensão de líderes populistas, a polarização exacerbada e os ataques às instituições democráticas têm encontrado nas mídias sociais um terreno fértil. A lógica do “engajamento a qualquer custo” favorece discursos extremos e desestabilizadores, permitindo que atores antidemocráticos contornem os meios tradicionais de comunicação e influenciem diretamente a opinião pública com retórica simplificada e de base emocional.

Além disso, autores como Wendy Brown (2019) destacam que a lógica neoliberal que permeia essas plataformas digitais – centrada na mercantilização dos dados e na captura da atenção – contribui para a corrosão dos valores democráticos. A política torna-se espetáculo, e o cidadão, um consumidor de narrativas prontas, muitas vezes moldadas por interesses que escapam ao controle democrático.

Dessa forma, é necessário repensar as estruturas institucionais que regulam o ambiente digital, promovendo uma governança ética das mídias sociais. A democracia exige não apenas liberdade de expressão, mas também condições igualitárias para a produção e circulação de informação e discursos. O fortalecimento da esfera pública demanda um esforço coletivo para assegurar que a tecnologia esteja a serviço do pluralismo, da racionalidade e da justiça social.

2.1. O PAPEL DAS MÍDIAS NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA E SEUS EFEITOS SOBRE A DEMOCRACIA

O fenômeno das *fake news*, ou notícias falsas, tem se tornado cada vez mais relevante no contexto atual, especialmente devido ao impacto das redes sociais. Essas notícias, fabricadas e disseminadas com a intenção de enganar e manipular a opinião pública, são amplificadas por mecanismos como *clickbait*, que atraem atenção e geram compartilhamentos. De acordo com Tocqueville (2001), a liberdade de expressão é fundamental para o funcionamento democrático, mas quando distorcida pela propagação de informações falsas, essa liberdade pode comprometer o próprio funcionamento da democracia, afetando negativamente o debate público.

A capacidade das mídias de moldar o comportamento das pessoas e das sociedades tem sido um tema recorrente nas análises das ciências sociais, particularmente no contexto da democracia contemporânea. O avanço das tecnologias de comunicação em massa, como a televisão, rádio e, mais recentemente, a internet, impactou diretamente a formação da opinião pública e, consequentemente, a dinâmica política e social. A teoria de Marshall McLuhan (1964), pioneiro no estudo do impacto das mídias, sugere que “o meio é a mensagem”. (McLuhan, 1964, p. 7). Para ele, mais do que o conteúdo das mensagens transmitidas, são os próprios meios de comunicação que moldam a forma como percebemos o mundo e interagimos com ele. Em uma sociedade mediada por tecnologias digitais, os comportamentos dos indivíduos se tornam mais suscetíveis a serem influenciados por essas plataformas, que atuam como espaços de socialização e construção de identidade.

Como apontado por Tocqueville (2001), a liberdade de expressão, embora essencial para uma democracia funcional, pode ser corrompida quando a informação se torna um instrumento de manipulação e desinformação. Nesse contexto, ***fake news* não apenas distorcem a realidade**, mas também criam um ambiente propício à polarização política e ao enfraquecimento da confiança nas instituições democráticas. O uso dessas notícias falsas como ferramenta para influenciar a opinião pública fragiliza o espaço deliberativo, dificultando o debate crítico e a formação de consensos. Como Postman (1985) argumenta, “a televisão transformou o discurso público em um espetáculo”, ou seja, a mídia moderna promove um consumo passivo de informações, cujo objetivo principal não é a reflexão profunda, mas o entretenimento e a manipulação emocional.

Esse fenômeno também está interligado à ideia de cultura de massa, que, conforme Adorno e Horkheimer (2002), contribui para uma sociedade onde a comunicação se torna um produto padronizado, consumido sem reflexão crítica. As produções culturais voltadas para as massas, que buscam agradar e entreter em vez de provocar o pensamento crítico, resultam em uma população que se torna cada vez mais homogênea em seus comportamentos e atitudes, dificultando o debate político genuíno. A padronização da informação nos meios de comunicação digitais contribui para a uniformização das opiniões e a construção de uma realidade alternativa, muitas vezes distorcida, mas amplamente aceita.

Por outro lado, Habermas (1997), em sua teoria da esfera pública, destaca a importância de um espaço de debate racional e aberto, onde os cidadãos possam deliberar sobre questões de interesse comum. A mídia, para ele, deve servir como um mediador entre as diferentes vozes da sociedade, permitindo que todas as perspectivas sejam ouvidas e que os consensos sejam formados por meio do diálogo. Contudo, o fenômeno da cultura de massa e a crescente polarização das opiniões, exacerbada pelas redes sociais, comprometem essa função da mídia. Como Habermas aponta, a transformação da esfera pública em um espaço comercializado e manipulado pelas grandes corporações limita as oportunidades de um debate público genuíno, essencial para o funcionamento da democracia.

Nesse sentido, os efeitos das mídias digitais sobre a democracia contemporânea são profundos e multifacetados. A superficialização da comunicação e do conteúdo que ela dissemina, a manipulação da opinião pública por meio das *fake news* e o fortalecimento da cultura de massa têm contribuído para o enfraquecimento da esfera pública e da capacidade de deliberação racional. Ao invés de promover um espaço de diálogo aberto e construtivo, a mídia contemporânea muitas vezes serve para polarizar e manipular, dificultando a construção de uma sociedade democrática coesa. Como Postman (1985) adverte, “em vez de fortalecer o discurso público, a mídia contemporânea tem enfraquecido as capacidades cognitivas do público”, tornando a participação política mais superficial e menos engajada.

Portanto, os desafios impostos pelas mídias contemporâneas à democracia exigem uma reflexão crítica sobre o papel das tecnologias de comunicação na formação da opinião pública e na manutenção da saúde democrática. Em um cenário onde as *fake news*, a cultura de massa e a manipulação das informações predominam, a capacidade da sociedade de se engajar de maneira racional e construtiva no debate público se torna um elemento crucial para o futuro da democracia.

2.1.1 HISTÓRICO EVOLUTIVO DAS PLATAFORMAS MIDIÁTICAS, SEUS PÚBLICOS-ALVO E O USO POLÍTICO DAS MÍDIAS

O desenvolvimento histórico das plataformas midiáticas tem sido crucial para moldar as dinâmicas políticas e sociais, influenciando desde a formação da opinião pública até a articulação de estratégias eleitorais e mobilização política. A evolução das tecnologias de comunicação, começando com a imprensa, passando pelo rádio, televisão, até as redes sociais digitais contemporâneas, tem proporcionado diferentes formas de interação entre os indivíduos e a informação, com reflexos diretos no cenário político e social.

O surgimento da imprensa, especialmente com a invenção da prensa de tipos móveis por Gutenberg no século XV, marcou o início de um novo paradigma comunicacional. A imprensa permitiu a disseminação em massa de informações, possibilitando uma maior pluralidade de vozes e a democratização do acesso à informação. Segundo Habermas (1997), a imprensa foi essencial para a formação da esfera pública burguesa, espaço onde os cidadãos podiam deliberar sobre questões políticas e sociais. Nesse período, os jornais tinham como público-alvo uma elite letrada e, com o tempo, passaram a se expandir, alcançando uma parcela maior da população. A imprensa também foi uma ferramenta de poder político, sendo usada tanto para informar quanto para manipular a opinião pública, algo que Chomsky (1997) chama de “controle do consentimento”, onde os meios de comunicação servem aos interesses das elites econômicas e políticas.

Com a popularização do rádio no início do século XX, um novo modelo de comunicação de massa se estabeleceu. O rádio alcançou uma audiência mais ampla e diversa, tornando-se uma plataforma central para a transmissão de notícias, entretenimento e, principalmente, para a propaganda política. Durante a Segunda Guerra Mundial, o rádio foi utilizado de forma estratégica pelos governos, como exemplificado pela propaganda nazista na Alemanha de Goebbels, que utilizou a mídia para manipular as massas e criar um

consenso sobre a ideologia do regime. Mannheim (1982) discute como as massas podem ser mobilizadas por meios de comunicação, criando um espaço para a manipulação política e social por meio de “opinião pública”.

A televisão, que se consolidou como a principal plataforma midiática a partir da década de 1950, trouxe um novo padrão de consumo de informação, especialmente pela sua capacidade de juntar áudio e imagem. Nesse novo cenário, a televisão se tornou o principal meio de comunicação entre o governo e o público, sendo utilizada de forma estratégica nas campanhas eleitorais. Postman (1985), em sua análise crítica sobre os efeitos da televisão na sociedade, argumenta que a mídia televisiva transformou o discurso público em um espetáculo, enfraquecendo a capacidade crítica dos indivíduos e tornando a política uma forma de entretenimento. Isso resultou na simplificação das questões políticas e na substituição de um debate racional mais profundo por um consumo passivo de informações, o que, para Habermas (1997), compromete a deliberação pública necessária para uma democracia saudável.

O grande salto na comunicação midiática veio com as redes sociais digitais, que surgiram no início dos anos 2000 com plataformas como o *Facebook*, *Twitter* e, mais recentemente, o *Instagram* e o *TikTok*. Essas plataformas oferecem uma comunicação mais interativa e instantânea, com um público global que pode tanto consumir quanto criar conteúdo.

A democratização do acesso à informação proporcionada pelas redes sociais permite a participação de um número muito maior de pessoas no debate público, mas também abre espaço para a proliferação de *fake news* e desinformação. Castells (2009) descreve a internet e as redes sociais como parte de uma “sociedade em rede”, na qual a comunicação é descentralizada e as relações sociais se tornam mediadas por plataformas digitais. Isso tem implicações profundas para a política, uma vez que os políticos e movimentos sociais podem usar essas plataformas para mobilizar eleitores, manipular a opinião pública e criar discursos polarizadores, como evidenciado nas eleições presidenciais dos EUA em 2016, 2020 e 2024, e no Brasil em 2018 e 2022.

As plataformas midiáticas, ao longo de sua evolução, têm sido instrumentalizadas por atores políticos para consolidar poder, influenciar decisões eleitorais e manipular o debate público. Laclau e Mouffe (2001) discutem como a construção de um “discurso hegemônico” nas plataformas midiáticas pode favorecer certos grupos e marginalizar outros, manipulando a opinião pública. As redes sociais digitais têm sido particularmente eficazes em criar bolhas de informação, onde as pessoas consomem apenas o que confirma suas crenças pré-existentes, fenômeno que Pariser (2011) chama de “filtro bolha”. Este processo pode ser amplificado durante períodos eleitorais, quando campanhas utilizam os dados dos usuários para segmentar mensagens específicas e personalizadas, manipulando as emoções e crenças dos eleitores de maneira mais eficaz.

A análise das plataformas midiáticas ao longo do tempo revela como as tecnologias de comunicação têm sido instrumentalizadas por diferentes atores políticos para consolidar poder e moldar a percepção pública. A imprensa, o rádio, a televisão e, mais recentemente, as redes sociais digitais, cada um à sua maneira, têm sido fundamentais na construção e manipulação de discursos hegemônicos, refletindo as tensões entre democratização e controle da informação. Enquanto as redes sociais digitais proporcionam maior participação no debate público, também abrem espaço para práticas de desinformação e manipulação, evidenciando a complexidade dos desafios contemporâneos para as democracias de todos os cantos do globo.

3 A CAPACIDADE DAS MÍDIAS DE MOLDAR A OPINIÃO PÚBLICA DA SOCIEDADE E SEUS EFEITOS SOBRE A DEMOCRACIA

O impacto das mídias na formação da opinião pública é um fenômeno amplamente discutido, especialmente no contexto das democracias contemporâneas, onde a informação circula de maneira cada vez mais rápida e massiva, principalmente por meio das redes sociais. Esse processo de moldagem da opinião pública tem efeitos diretos sobre a saúde democrática, uma vez que a manipulação da informação pode enfraquecer a capacidade de deliberação pública e reduzir a qualidade do debate político.

O advento das mídias sociais digitais, que proporcionam a disseminação instantânea da informação, tem alterado significativamente a dinâmica da comunicação. Com a facilidade de alcance e a possibilidade de interação direta com o público, essas plataformas tornaram-se poderosas ferramentas para influenciar as atitudes e comportamentos das pessoas. No entanto, esse poder também se reflete na proliferação de informações falsas, as chamadas “fake news”, que são amplificadas por algoritmos de recomendação e práticas de *clickbait*, que buscam aumentar a audiência e o engajamento sem preocupação com a veracidade do conteúdo.

A disseminação de *fake news* tem sido um desafio central para a democracia, uma vez que a desinformação mina a confiança pública nas instituições e enfraquece a capacidade da sociedade de tomar decisões informadas. De acordo com Rojas (2021), a desinformação nas redes sociais não é um fenômeno acidental, mas um produto deliberado de estruturas comunicacionais e estratégias políticas que visam manipular o debate público e fomentar a polarização.

A análise da mídia digital e sua influência nas democracias contemporâneas revela tanto oportunidades quanto desafios significativos para os sistemas políticos. A democratização da comunicação, facilitada pelas plataformas digitais, criou novos canais de engajamento político e uma pluralidade de vozes na formação da opinião pública. No entanto, ao mesmo tempo, essas novas plataformas têm levado a uma crescente disseminação de desinformação, o que enfraquece a confiança nas instituições democráticas e resulta em um cenário de polarização social e política.

Segundo Gomes (2018), o ambiente digital brasileiro tem sido marcado por um ecossistema informacional em que emoções e crenças passam a substituir evidências e argumentos racionais, especialmente durante períodos eleitorais. Não pode haver democracia sem instituições democráticas; e a confiança nas instituições sempre foi tomada pelo debate político moderno como elemento central para a saúde e sustentação da democracia.

No Brasil, um exemplo marcante desse fenômeno ocorreu nas eleições de 2018, quando notícias falsas, frequentemente disseminadas por meio de grupos de WhatsApp, desempenharam um papel significativo na formação da opinião pública e, por decorrência, da escolha eleitoral. A manipulação da informação digital afetou o comportamento dos eleitores, criando um ambiente de desinformação massiva que comprometeu a credibilidade do próprio processo democrático enquanto tal. (Castro, 2019).

Esther Solano e Rosana Pinheiro-Machado (2020) analisam como, nesse processo, a desinformação foi mobilizada para reforçar identidades políticas e afetivas, produzindo uma “guerra cultural” que transforma adversários em inimigos e inviabiliza o diálogo democrático. A disseminação de conteúdos falsos, como a invenção de candidaturas inexistentes, a ampliação de narrativas preconceituosas ou a propagação de mentiras grotescas sobre candidatos, distorceu o debate público e comprometeu o processo eleitoral.

Além disso, de acordo com Benkler (2006), a estrutura do ecossistema digital facilita a propagação da desinformação, transformando-a em um elemento cada vez mais presente e difícil de combater. A amplificação digital dessas narrativas não apenas enfraquece a confiança pública nas instituições e nos processos democráticos, mas também cria uma sociedade fragmentada, onde a busca pela verdade é substituída por versões distorcidas da realidade.

Embora a internet tenha promovido maior acesso à informação, a concentração do poder midiático continua a ser um obstáculo significativo. Mesmo com o surgimento de novas plataformas digitais, as grandes corporações de mídia ainda detêm um controle considerável sobre muitas dessas plataformas, o que limita a diversidade informativa e favorece a propagação de narrativas específicas.

A maneira como essas corporações manipularam a cobertura midiática nas eleições de 2018 é um exemplo claro de como o controle das narrativas pode afetar a opinião pública, ao selecionar e distorcer informações de acordo com interesses próprios. Segundo Machado (2017), a mídia brasileira está estruturada em um modelo concentrado, no qual os conteúdos divulgados tendem a refletir os interesses de grandes corporações, frequentemente em prejuízo da diversidade de perspectivas e da pluralidade informativa.

A socióloga Angela Alonso (2022) destaca que o ambiente digital tem acelerado a fragmentação do público em bolhas informacionais, o que dificulta a construção de consensos mínimos e enfraquece a própria ideia de esfera pública compartilhada. Essa segmentação da audiência, impulsionada por algoritmos que reforçam preferências pré-existentes, contribui para a formação de visões de mundo isoladas e incompatíveis entre si, comprometendo o diálogo democrático. Nessa lógica, o debate público é substituído por disputas entre narrativas fechadas, dificultando o confronto racional de ideias e aprofundando a polarização política e social.

A ausência de uma regulação eficaz das plataformas digitais tem sido alvo de crescente preocupação, uma vez que redes sociais como *Facebook*, *Twitter* (atual X) e WhatsApp operam com pouca supervisão sobre os conteúdos disseminados. Esse vácuo regulatório facilita a circulação de *fake news* e discursos nocivos sem responsabilização efetiva das empresas. Para Suzor (2019), o modelo atual de autorregulação é insuficiente para conter os danos causados pela desinformação. Já Zuboff (2020) aponta que essas plataformas priorizam o engajamento, mesmo que isso signifique favorecer conteúdos falsos ou polarizadores. Ribeiro (2021) reforça que a falta de responsabilização contribui para a fragilidade informacional das democracias contemporâneas.

Portanto, o fenômeno das mídias digitais e sua capacidade de moldar a opinião pública representa um desafio central para a democracia contemporânea. A proliferação de *fake news*, a polarização e a manipulação das informações nas redes sociais enfraquecem a saúde democrática, dificultando o debate público e a construção de uma sociedade mais justa e coesa. A reflexão crítica sobre o papel das tecnologias de comunicação na formação da opinião pública e na preservação da saúde democrática é essencial para enfrentar os desafios impostos pelas mídias contemporâneas e garantir que a democracia possa funcionar de maneira efetiva e responsável.

3.1 EXTREMISMO DIGITAL E MANIPULAÇÃO DAS MASSAS: IMPACTOS NA SAÚDE DEMOCRÁTICA

A ascensão do extremismo político nas plataformas digitais não apenas evidencia transformações na comunicação política, mas revela mudanças estruturais nas formas de sociabilidade, engajamento e representação. O uso das redes como arenas privilegiadas para disputa simbólica tem gerado um cenário em que a política se reconfigura pela lógica do espetáculo, da performance e da viralização. Mais do que apenas disseminar discursos radicais, o ambiente digital tem incentivado práticas de mobilização que rompem com os princípios básicos do debate democrático, como a escuta, o contraditório e o respeito à diversidade de posições.

Mendonça e Ercan (2021) argumentam que, nas democracias digitais, o conflito é inevitável, mas sua forma tem sido distorcida pela ausência de mediações institucionais. Em vez de produzir disputas legítimas de sentido, baseadas em argumentos e justificativas, as redes favorecem confrontos morais simplificados, onde adversários são desumanizados. Essa lógica intensifica a polarização afetiva e reduz o espaço para a construção de consensos mí nimos.

Além disso, Tatiana Dourado e Pedro Abramovay (2022) destacam que o ecossistema informacional atual é marcado por estratégias sofisticadas de manipulação coordenada, que envolvem não apenas usuários comuns, mas também redes automatizadas, páginas inautênticas e campanhas de desinformação com objetivos políticos claros. Essas práticas corroem os mecanismos tradicionais de *accountability* e tornam o espaço digital vulnerável à instrumentalização por atores antidemocráticos.

Outro ponto relevante é a erosão da legitimidade das instituições representativas, frequentemente atacadas nas redes como parte de um suposto “sistema corrupto” ou “elite distante”. Como afirmam Avritzer e Milani (2023), esse discurso, ao mesmo tempo que mobiliza parcelas da população, enfraquece a confiança no processo democrático, deslegitima o papel do Estado e favorece soluções autoritárias baseadas em lideranças carismáticas ou messiânicas.

No campo da produção de subjetividades políticas, o extremismo digital também gera impactos de longo prazo. Ribeiro (2023) observa que o consumo contínuo de conteúdos polarizadores molda o comportamento político de forma duradoura, reforçando disposições cognitivas que resistem a evidências contrárias, um fenômeno descrito como “resistência epistêmica”. Isso significa que a radicalização não é apenas conjuntural, mas tende a se consolidar como um padrão de percepção da realidade política.

Portanto, o extremismo digital opera em múltiplos níveis: discursivo, institucional, subjetivo e tecnológico. Enfrentar seus efeitos exige mais do que regulação ou checagem de fatos. É necessário compreender as redes como espaços de disputa de poder, investindo em novas formas de educação democrática, institucionalidade digital e governança das plataformas, com participação da sociedade civil e base em princípios de transparência, pluralismo e direitos humanos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto fez uma análise crítica e aprofundada acerca do papel das mídias digitais, especialmente das redes sociais, na formação da opinião pública na sociedade contemporânea. Por meio do exame dos mecanismos de disseminação de *fake news* e da manipulação da informação, foi possível evidenciar os impactos diretos desses fenômenos sobre o processo eleitoral e a confiança nas instituições democráticas. A pesquisa demonstrou como tais plataformas atuam como agentes de polarização política, promovendo narrativas segmentadas e distorcidas que fragilizam o debate público e dificultam a construção de consensos.

Neste estudo, discutiu-se a capacidade das mídias, desde as tradicionais até as digitais, em moldar a opinião pública, seus efeitos sobre a saúde democrática e os desafios impostos pelo fenômeno das *fake news* e pela manipulação informacional. A análise evidenciou que essas mídias desempenham um papel central na formação das percepções coletivas, influenciando diretamente a dinâmica política e social.

No que tange ao impacto das *fake news*, verificou-se que a disseminação de informações falsas, amplificada pelas redes sociais, tem contribuído para o enfraquecimento da confiança nas instituições democráticas e para a intensificação da polarização política. Observou-se, ainda, que as plataformas midiáticas, ao serem instrumentalizadas por grupos políticos e sociais, acabam por distorcer a percepção pública e comprometer a qualidade do debate democrático, especialmente em contextos eleitorais marcados pela desinformação massiva.

Além disso, a análise apontou que, embora o ambiente digital democratize o acesso à informação e diversifique as vozes, ele também cria um cenário complexo, no qual algoritmos reforçam visões segmentadas, formando bolhas informacionais que dificultam a construção de consensos e fragilizam a esfera pública. A velocidade e a facilidade no compartilhamento de conteúdos sensacionalistas, muitas vezes falsos, impulsionam processos de radicalização e polarização, minando o diálogo racional e o respeito à diversidade de opiniões.

O estudo também destacou a importância da regulação das plataformas digitais como elemento essencial para conter a propagação da desinformação e responsabilizar os atores envolvidos na disseminação de conteúdos manipuladores. A ausência de mecanismos claros de controle, transparência nos algoritmos e fiscalização eficaz contribui para a manutenção de um ambiente permissivo, onde interesses corporativos e políticos podem prevalecer em detrimento do interesse público.

Por fim, concluiu-se que o enfrentamento dos desafios impostos pelas mídias digitais demanda uma abordagem multidimensional, que ultrapasse a mera regulação e inclua a promoção da educação crítica e a valorização da ética na comunicação. Somente por meio dessas medidas será possível fortalecer a confiança nas instituições, recuperar o espaço do debate público plural e assegurar a vitalidade da democracia em uma sociedade cada vez mais mediada pelas tecnologias de informação.

Ao abordar a questão central, este estudo esclareceu as formas pelas quais as mídias digitais contribuem para a amplificação da polarização e para o enfraquecimento da democracia, destacando a complexidade da inter-relação entre tecnologia, comunicação e política. A análise considerou, simultaneamente, as potencialidades democratizadoras das plataformas e os desafios decorrentes da rápida propagação da desinformação e da insuficiência regulatória. Dessa maneira, o trabalho respondeu à problemática proposta, identificando as dinâmicas que comprometem a qualidade do debate público e a confiança nas instituições.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. **A personalidade autoritária**. Lisboa: Antígona, 1982.
- Adorno, T.; HORKHEIMER, M. **A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- Alonso, A. **Esfera pública em ruínas: redes, afetos e democracia no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- Avritzer, L; milani, C. R. S. **Polarização política, desinformação e crise democrática no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- Benkler, Y. **A riqueza das redes: como a produção social transforma mercados e liberdade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- Bourdieu, P. A opinião pública não existe. In: ENCREVÉ, Pierre; LORTIE, Rose-Marie (Org.). **Problemas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- Brown, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Politeia, 2019.
- Castells, M. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- Castells, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- Castro, D. R. de. **A influência das fake news nas eleições brasileiras de 2018: O impacto das redes sociais na formação da opinião pública**. São Paulo: Editora da Universidade, 2019.
- Chomsky, N. **Fabricando consentimento: A economia política da mídia de massa**. São Paulo: Outras Expressões, 1997.

Dourado, T.; Abramovay, P. Desinformação, violência política e ameaças digitais à democracia. In: Instituto Igarapé (org.). **Democracia sob ataque**. Rio de Janeiro: Igarapé, 2022. Disponível em: <https://igarape.org.br/publicacoes/democracia-sob-ataque>. Acesso em: out. 2025.

Gomes, W. **A política nas redes sociais: mediações, estratégias e discursos**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2018.

Habermas, J. **Mudança estrutural da esfera pública: Investigação sobre uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Maria Lúcia Pallares-Burke. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

Laclau, E; Mouffe, C. **Hegemonia e estratégia socialista: Para uma radicalização da democracia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

Levitsky, S.; Ziblatt, D. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.

Machado, C. R. **A grande mídia e a formação da opinião pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

Mannheim, K. **Ideologia e utopia: Introdução à sociologia do conhecimento**. Tradução de Paulo Neves. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

McLuhan, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.

Mendonça, R. F.; ERCAN, S. A. Deliberative democracy in the age of social media: exploring the logic of disagreement in **online discussions**. *Journal of Deliberative Democracy*, v. 17, n. 2, p. 1–10, 2021. Disponível em: <https://delibdemjournal.org/article/view/939>. Acesso em: set. 2025.

Postman, N. **Divertindo-nos até a morte: a sociedade do espetáculo**. São Paulo: Artmed, 1985.

Ribeiro, J. **Desinformação e regulação: desafios para a democracia digital**. Brasília: Editora da UnB, 2021.

Ribeiro, J. Extremismo e resistência epistêmica: desinformação e subjetividade política no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 42, 2023. Disponível em: <https://rbcp.fgv.br/article/view/2023-42>. Acesso em: out. 2025.

Rojas, M. A. **Fake news e democracia: comunicação e manipulação no século XXI**. Madrid: Editorial Síntesis, 2021.

Solano, E.; Pinheiro-Machado, R. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2020.

Suzor, N. **Lawless: the secret rules that govern our digital lives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

Tocqueville, A. de. **A democracia na América**. Tradução de Sérgio Lessa. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UnB, 2001.

Zuboff, S. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.



FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

